

EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL
CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50
NIRE 54.300.000.566
Companhia Aberta

Campo Grande - MS, 28 de março de 2013.

EMPRESA ENERGÉTICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL

A administração da Companhia, ora sob intervenção da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos da Resolução Autorizativa da ANEEL n. 3.649, desde 31 de agosto de 2012, na pessoa do **Sr. Jerson Kelman**, designado para o exercício da função de **Interventor** na ENERSUL, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649 de 31 de agosto de 2012 e considerando o artigo 7º da Lei 12.767/2012, presta as seguintes informações:

I - DESTINAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2011

A Empresa Energética do Mato Grosso do Sul S.A. – Enersul encerrou o exercício de 2012 com Prejuízo de R\$ 16,4 milhões, não apresentando resultados a destinar a seus acionistas. Portanto, a Companhia fica dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, conforme decisão do Colegiado de 27 de setembro de 2011 (Processo CVM RJ2010-14687), ratificado pelo Item 2.4.2 (a) do Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 01/2003, de 28 de fevereiro de 2013.

II - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos últimos três exercícios (2010, 2011 e 2012), a ENERSUL tem apresentado crescimento constante nas suas vendas (em GWh), a uma média anual de 7,2%. Portanto, embora positivo, essa média está abaixo do histórico nos últimos cinco anos que é de 7,5%. Essa redução deve-se a saída de alguns consumidores industriais e comerciais que optaram pela condição de consumidores livres. Assim, incluindo-se os clientes livres, o fornecimento atingiria 4.321 GWh em 2012 e representaria uma variação de 19,4% em relação a 2011.

Valores em R\$ mil	2.010	2.011	2.012	Var.% 2011-2012	CAGR %
Vendas em GWh	3.398	3.618	3.905	7,9%	7,2%
Número de consumidores	810.544	844.209	878.871	4,1%	4,1%
Receita operacional bruta	1.631.322	1.903.673	2.144.498	12,7%	14,7%
Receita operacional líquida	1.157.009	1.334.601	1.517.353	13,7%	14,5%
EBITDA (1)	257.048	363.070	183.060	-49,6%	-15,6%
Margem Ebitda (%) (2)	22%	27%	12%	-55,7%	-26,3%
Lucro (prejuízo) líquido	85.394	151.795	(16.395)	-110,8%	-
Dívida financeira líquida (3)	507.843	542.278	547.962	1,0%	3,9%
Dívida financeira líquida / EBITDA	1,98	1,49	2,99	100,4%	23,1%
Patrimônio líquido	777.601	788.245	687.501	-12,8%	-6,0%
Índice de endividamento (4)	39,5%	40,8%	44,4%	8,8%	6,0%

(1) EBITDA Ajustado: resultado antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e outros resultados não operacionais (vide composição do EBITDA no quadro a seguir);

(2) Margem EBITDA: EBITDA Ajustado / receita operacional líquida

(3) Dívida Financeira Líquida: empréstimos, financiamentos, leasing, debêntures, *swap* (-) caixa, equivalentes e sub-rogação CCC

(4) Índice de Endividamento: dívida financeira líquida / (dívida financeira líquida + patrimônio líquido)

Com relação ao número de consumidores, o crescimento médio anual nos últimos três exercícios se manteve em torno da média histórica de 4,1%.

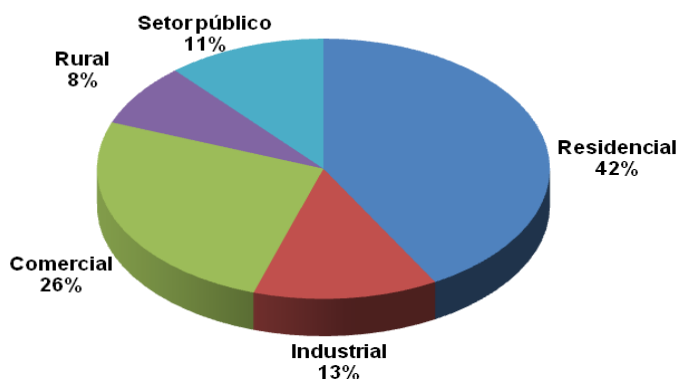
A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 12,7%, passando de R\$ 1.903,7 milhões em 2011 para R\$ 2.144,5 milhões em 2012. A receita operacional líquida do exercício de 2012 foi de R\$ 1.517,4 milhões, representando um aumento de 13,7% em relação à receita verificada em 2011. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 7,9%, redução das perdas e o efeito do reajuste tarifário.

É relevante destacar que a receita operacional da ENERSUL é composta pela (i) receita de fornecimento ao consumidor final, (ii) disponibilização de seu sistema de distribuição, (iii) fornecimento de energia para revenda (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - "CCEE"), (iv) receita de construção e (v) outras receitas. Todos esses itens, juntos, totalizou R\$2.144,5 milhões durante o ano de 2012. A distribuição é a seguinte:

- (i) 85,2% são vendas ao consumidor final;
- (ii) 3,18% são receitas oriundas do uso da rede;
- (iii) 0,43% são receitas de vendas realizadas no ambiente da CCEE;
- (iv) 9,28% são receitas de construção (a receita de construção é um dos efeitos da adoção do IFRS – normas contábeis internacionais – e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que o valor exato registrado na receita é também registrado nos custos, resultando em um efeito zero em seu resultado operacional); e
- (v) 2,09% são outras receitas.

No gráfico a seguir, demonstramos a participação das vendas (em R\$) de cada uma das classes de consumo - principal fonte de receita da companhia, conforme classificação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"):

Perfil das Receitas Brutas por Classe de Consumo



O EBITDA Ajustado, que representa o resultado operacional da companhia, diminuiu de R\$ 363,1 milhões em 2011 para R\$ 183,1 milhões em 2012, representando um decréscimo de 49,6%. Tal redução deve-se aos seguintes fatores:

- Devido ao aumento da demanda e aumento do preço médio de compra de energia elétrica em 26,8%, o custo do serviço de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$ 725,4 milhões em 2012, o que representa um acréscimo de 25,6% em relação aos R\$ 577,6 milhões de 2011.
O custo da operação foi de R\$ 431,1 milhões em 2012 e R\$ 359,8 milhões em 2011, representando um aumento de 19,8%. Retirando-se o efeito do custo de construção - que não afeta o resultado operacional, uma vez que existe uma exata contrapartida na receita, como resultado da adoção ao IFRS – o custo da operação passou de R\$ 189,5 milhões em 2011 para R\$ 232,1 milhões em 2012, representando um aumento de 22,5%. Essa variação foi influenciada significativamente pelos custos com pessoal devido ao processo de primarização de diversas atividades.
- As despesas operacionais tiveram um aumento de 137,5% em 2012, no valor de R\$ 260,4 milhões contra R\$109,7 milhões em 2011. A principal influência foi o aumento de outras despesas operacionais que passou de R\$ 10,0 milhões em 2011 para R\$ 165,0 milhões em 2012. Este acréscimo em outras despesas operacionais foi ocasionado principalmente por ajustes nas contingências judiciais e da provisão créditos de liquidação duvidosa - PCLP.
- As provisões de contingências foram ajustadas para estimativas atualizadas com o assessoramento de advogados e escritórios de advocacia que patrocinaram diretamente as causas. Foram realizados os seguintes ajustes nas estimativas de perdas:
 1. Os valores estimados de perdas, que estavam congelados desde 2008, foram corrigidos segundo os parâmetros adotados por cada justiça especializada:
 - a) Ações Cíveis: Valores estimados corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV, acrescido de juros de mora de 1% a.m;

- b) Ações Trabalhistas: Valores estimados com juros de mora de 1% a.m, acrescido de índice presente na Tabela Única disponibilizada pelo site do TRT 24;
 - c) Ações Tributárias: Valores estimados atualizados pela SELIC;
 - d) Processos Administrativos: Valores estimados atualizados pela SELIC.
2. Após a correção monetária, os valores estimados das perdas judiciais foram ajustados de acordo com o andamento do feito e decisões judiciais mais recentes;
 3. A probabilidade de perda (provável, possível e remota) foi ajustada com base nas decisões judiciais mais recentes.

Composição do EBITDA

Composição do EBITDA (R\$ mil)	2.010	2.011	2.012	Var. % 2011-2012	CAGR %
Lucro / prejuízo líquido do exercício	85.394	151.795	(16.395)	-110,8%	-
Imposto de renda e contribuição social	36.777	62.865	6.957	-88,9%	-56,5%
Resultado financeiro	54.391	72.279	109.325	51,3%	41,8%
Depreciação e amortização (1)	74.484	74.000	86.815	17,3%	8,0%
EBITDA	251.046	360.939	186.702	-48,3%	-13,8%
Ganho / perda na alienação de bens e direitos (2)	2.179	(3.051)	(1.048)	-65,7%	-
Perda na desativação de bens e direitos (3)	5.254	7.078	39.511	458,2%	174,2%
Ganho no ajuste do VNR (4)		-	(40.030)		-
Outros (5)	(1.431)	(1.896)	(2.075)	9,4%	20,4%
EBITDA AJUSTADO	257.048	363.070	183.060	-49,6%	-15,6%

- (1) Depreciação e amortização: resultado obtido a partir das demonstrações dos fluxos de caixa;
- (2) Refere-se à diferença entre o valor residual contábil e o preço de mercado do bem;
- (3) Refere-se à diferença entre o valor residual contábil e o valor novo de reposição do material em estoque;
- (4) Resultado apurado pelo ajuste do saldo do ativo financeiro, a ser indenizado ao final da concessão, ajustado pelo Valor Novo de Reposição (VNR), conforme Lei 12.783/13 (MP 579); e
- (6) Outros resultados que não afetam o caixa operacional

Embora a dívida financeira líquida tenha crescido 1,8% em 2012 comparado a 2011, ela se manteve em um bom patamar histórico de 0,5% quando comparado a 2010.

A dívida Financeira Líquida (dívida financeira líquida por EBITDA) teve uma variação de 100,4% em 2012 comparado a 2011. Este acréscimo na variação deve-se a redução no EBITDA em 49,6%. Vale ressaltar que os contratos financeiros da companhia exigem uma relação máxima de 3,0 (ou 4,0) vezes entre dívida financeira líquida e EBITDA (*covenant* financeiro).

A despesa de R\$ 72,3 milhões em 2011 passou para uma despesa de R\$ 109,3 milhões em 2012, o que representa uma variação de 51,3% no resultado financeiro, devido principalmente a contabilização de correção monetária de obras do programa de universalização realizadas em anos anteriores, cujos valores deverão ser devolvidos aos consumidores.

Devido aos ajustes em diversos itens, tais como contingências judiciais, provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, atualização e contabilização dos valores a serem devolvidos aos consumidores do programa de universalização, foi apurado um prejuízo no ano de 2012 de R\$16.395 mil.

O quadro abaixo apresenta alguns dos principais indicadores operacionais utilizados pela administração da ENERSUL para avaliação de seu desempenho operacional. De fato não há um parâmetro rígido e absoluto que se possa adotar para o setor de energia elétrico como um todo, visto que cada uma das distribuidoras do país possui suas peculiaridades (especialmente geográficas e sociais), fazendo com que cada uma tenha suas próprias necessidades de investimento e contratação de pessoal. Assim sendo, o que norteia a administração da companhia, neste caso, é a evolução dos índices ao longo dos anos, além dos limites exigidos pelas instituições financeiras credoras da ENERSUL, conforme comentado no parágrafo sobre a variação da dívida Financeira Líquida.

Indicadores	2.010	2.011	2.012	Var.% 2011-2012	CAGR %
Consumidor por empregado	944	849	804	-5,3%	-7,7%
Consumo (MWh) por empregado	3.948	3.633	3.567	-1,8%	-4,9%
Consumo (MWh) por consumidor	4,2	4,3	4,4	3,7%	3,0%
Receita bruta (R\$ mil) por empregado	1.899	1.915	1.962	2,4%	1,6%
Receita bruta (R\$ mil) por consumidor	2,0	2,3	2,4	8,2%	10,1%

Bases para os Indicadores	2.010	2.011	2.012	Var.% 2011-2012	CAGR %
Consumidores	810.544	844.246	878.910	4%	4,1%
Força de Trabalho*	859	994	1.093	10%	12,8%
Consumo (MWh)	3.391.056	3.611.113	3.898.273	8%	7,2%
Receita bruta (R\$ mil)	1.631.322	1.903.673	2.144.498	13%	14,7%

* Força de trabalho = nº de empregados no final do período

Ao longo dos últimos três exercícios a ENERSUL registrou melhora nos seguintes indicadores: (i) receita bruta por empregado, em razão do aumento da receita operacional, já comentado em parágrafos anteriores; e (ii) receita bruta por consumidor, pelas mesmas razões. Já os seguintes indicadores registraram quedas: (i) consumidor por empregado, devido ao aumento do número de funcionários, que aumentou a uma média de 12,8% ao ano, passando de 859 em 2010 para 1.093 em 2012; e (ii) consumo por empregado, também devido ao aumento de funcionários no período.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da ENERSUL, medida por meio da razão entre capital de terceiros por capital de terceiros mais capital próprio, registrou um aumento médio de 1,7% ao ano, o que significa que, proporcionalmente, a Companhia aumentou a sua parcela de capital de terceiros em relação ao seu patrimônio líquido, conforme demonstrado abaixo.

Valores em R\$ mil	2.010	2.011	2.012	CAGR %
Capital de terceiros (1)	607.753	658.420	613.890	0,5%
Capital próprio (2)	777.601	788.245	687.501	-6,0%
Índice de endividamento (3)	43,9%	45,5%	47,2%	3,7%

(1) empréstimo, financiamento, swap e arrendamento mercantil (dívida bruta)

(2) patrimônio líquido

(3) capital de terceiros / (capital de terceiros + patrimônio líquido)

Nesse contexto, o aumento do endividamento financeiro bruto (aqui não há redução das disponibilidades em caixa e aplicações) não foi significativo entre os anos de 2010 e 2012. Não houve aumento de capital nesses três anos, de forma que o capital social manteve-se constante em R\$533,468 milhões.

De 2010 para 2012 houve uma ligeira queda na estrutura de capital, uma vez que o nível de endividamento manteve-se constante, porém, o capital próprio (patrimônio líquido) reduziu 6,0%, devido à redução de 46,9% na Reserva de Lucro.

Detalhes sobre as variações das demais contas patrimoniais estão no Item 10.1(h) deste Formulário.

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Ao final de 2011 a Empresa foi afetada por problemas de liquidez de sua controladora. A empresa Holding passou a ter dificuldade de acesso a crédito em razão da crise internacional e simultaneamente por notícias da busca de necessidade de capitalização, ou até mesmo venda do controle acionário, o que fez cessar a oferta de créditos para rolagem de suas dívidas.

As dificuldades de créditos acabaram por inviabilizar, entre novembro de 2011 e fevereiro de 2012 o pagamento de energia comprada de Itaipu, encargos setoriais e tributários, e o serviço da dívida com a Eletrobrás cujo valor total, sem acréscimos moratórios totalizaram R\$ 105.106 mil.

Apesar dessas dificuldades, os acionistas decidiram pagar dividendos e juros de capital próprio entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, que totalizaram R\$ 60.465 mil.

Ainda em fevereiro de 2012, com a recuperação judicial da CELPA, empresa do mesmo grupo, o Banco Daycoval e o Bic Banco sacaram na conta corrente da Enersul, recursos de aproximadamente R\$ 82.000 mil, para quitação de financiamentos feitos pela Holding, ou seja a Empresa pagou por financiamentos que não tinha feito. A operação relativa ao Bic Banco (R\$20.624 mil) foi abatida como pagamento de dividendos devidos à controladora, enquanto a operação relativa ao Daycoval (R\$ 61.866 mil) está sendo questionada judicialmente pela ENERSUL. Além disso, no Plano apresentado pelos acionistas à ANEEL propõe-se a devolução destes valores com a aquisição da posição do Daycoval.

Com esta situação caótica, o recolhimento dos encargos setoriais e tributários, energia comprada de Itaipu e o serviço da dívida com a Eletrobrás, somente foram normalizados a partir de março de 2012, sem entretanto saldar os meses em atraso, o que ocorreu

somente em 18 de julho de 2012, através de parcelamento dos encargos setoriais e o pagamento da energia comprada de Itaipu. Esta inadimplência causou o não reajuste anual das tarifas de energia elétrica, que deveria ter ocorrido em 8 de abril de 2012, mas só ocorreu a partir de 20 de julho de 2012, após a quitação dos compromissos inadimplentes. O prejuízo com a defasagem da entrada em vigor do reajuste tarifário foi estimado em R\$21.333 mil.

A situação econômico financeira da ENERSUL em 31 de agosto era de falta de recursos que permitissem o pagamento integral de seus compromissos previstos para o mês de setembro, situação que veio a se concretizar no dia 10 de setembro, quando a Empresa deixou de pagar os encargos setoriais relativos a CCC e CDE no valor de R\$ 6.060 mil e de energia comprada de Itaipu no valor de R\$ 2.483 mil, totalizando R\$ 8.543 mil, cujo pagamento somente foi possível no dia 28 de setembro, quando a ENERSUL conseguiu renegociar com o Bradesco a postergações da parcela do serviço da dívida, no valor de R\$ 29.576 mil para o final do contrato em 2018.

Com esta renegociação, foi possível honrar algumas obrigações. Mas não foram pagos os mútuos entre as empresas do Grupo Rede e o reembolso aos consumidores que anteciparam investimentos no contexto do programa de universalização, que sequer encontravam-se contabilizados. Também não foram pagos os saldos dos dividendos declarados, conforme Fato Relevante de 28/11/2012. Até que se encerre a intervenção não serão pagos os encargos setoriais a vencer e parcelas a vencer de empréstimos com recursos oriundos da RGR conforme decisão da ANEEL, constante do Despacho nº213/2013.

No exercício de 2012 o saldo dos empréstimos, financiamentos, leasing e encargos de dívidas passou de R\$ 657,9 milhões em 2011 para R\$ 613,9 milhões em 2012, representando uma redução de 6,7%. Do total, 99,9% são dívidas em moeda nacional e 0,1% em moeda estrangeira e, 22% do endividamento financeiro é de curto prazo (vencimento em um ano) e 78% no longo prazo.

Dívida de Curto Prazo	2.010	2.011	2.012
Empréstimos e financiamentos	90.715	107.146	129.729
Arrendamento mercantil	-	3.805	2.516
Operações de sw ap	-	524	-
Dívida Bruta CP	90.715	111.475	132.245
Disponibilidades	(99.591)	(116.142)	(65.928)
Sub-rogação CCC	(319)	-	-
Dívida Líquida Curto Prazo	(9.195)	(4.667)	66.317

Dívida de Longo Prazo	2.010	2.011	2.012
Empréstimos e financiamentos	517.038	544.246	481.134
Arrendamento mercantil	-	2.699	511
Operações de sw ap	-	-	-
Dívida Bruta LP	517.038	546.945	481.645
Disponibilidades	-	-	-
Sub-rogação CCC	-	-	-
Dívida Líquida Longo Prazo	517.038	546.945	481.645
Dívida Líquida Total	507.843	542.278	547.962

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: (1) Eletrobrás - a Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada que varia de 5% a 8% ao ano e prazos

de amortização entre 60 e 120 meses, para fins de investimentos em programas governamentais; (2) Financiamento de obras oriundo de contrato firmado com o Banco do Brasil, a ser amortizado em 108 parcelas mensais, com juros de 11,2% ao ano e com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora. Financiamento para aquisição de veículos com Banco Volkswagen, a ser amortizado em 36 parcelas mensais, com juros que variam de 11,88% a 17,18% ao ano, pré-fixados; (3) Cédulas de crédito Bancário firmadas com bancos diversos, em sua maioria com juros que incidem 100% da variação do CDI, com prazos variados, tendo como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Até o fechamento deste Formulário, não há novas fontes de capital de giro e financiamento previstas.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O saldo consolidado das contas contábeis de empréstimos, financiamentos, *leasing* e operações de *swap* da Companhia foi de R\$613,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$658,4 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$607,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Esse saldo, líquido de caixa, aplicações e sub-rogação CCC foi de R\$547,9 milhões em 31 de dezembro de 2012, R\$542,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$507,9 milhões em 31 de dezembro de 2010.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

São demonstradas abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2012:

Moeda Nacional:

(1)**Eletrobras:** contratos firmados pela Companhia, para fins de investimentos, conforme detalhados abaixo:

- **IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito):** recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio/2022.

- **Programa Luz no Campo:** ECF nº 1.975/2000 no valor de R\$ 25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1o etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R\$ 1.500 relativo à 2a etapa, com juros de 5% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho/2015.

- **Programa Luz para Todos:** empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica “Luz

para Todos”, instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização do contrato será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em março/2022, com taxas de juros de 5% ao ano.

Em agosto/2011 houve liberação da 1ª parcela do contrato ECF nº 2.943/2011, provindo dos recursos da RGR e trata do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente. A amortização do contrato será em 60 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em setembro/2018, com taxas de juros de 5% ao ano.

(2) Investimentos:

- **Banco do Brasil – FCO:** contrato assinado em novembro/2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, por meio do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000 a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais e consecutivas, com juros de 11,2% ao ano e término em novembro/2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

- **Volkswagem:** Financiamentos de aquisição de veículos no valor de R\$ 1.968 a ser amortizado em 36 parcelas mensais iguais e consecutivas, com juros que variam de 11,88% a 17,18% ao ano, pré fixados, e término do último contrato em 26/6/2015, garantidos por aval.

(3) Capital de giro:

- **Banco Bradesco S.A:** contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro/2008 no valor total de R\$ 550.000 para pagamento de dívidas e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro/2010 e a última em setembro/2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março/2009 a setembro/2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Em setembro/2008 foi utilizado o valor de R\$ 126.626 para a quitação antecipada de contratos de empréstimos junto ao BNDES por meio do Banco Alfa e aos Bancos do Brasil e Santander Banespa, em outubro/2008 foi utilizado o valor de R\$ 364.197 para recompra das debêntures, em fevereiro, maio e julho de 2009 foi utilizado o valor total de R\$ 69.694 para investimentos.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de CDI + 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o período findo em 31/12/2012 foram amortizados R\$ 3.917 (R\$ 4.522 em 31/12/2011).

- **HSBC Bank Brasil S.A.:** contrato na modalidade de Cédulas de Crédito

Bancário firmado em setembro/2011 no valor total de R\$ 80.000 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 54 parcelas mensais após carência de 6 meses, vencendo a última parcela em setembro/2016, operação contratada ao custo de 3,5% ao ano acima da variação do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

• **Banco BVA S.A.:** Contrato na modalidade de Cédula de Crédito Bancário firmado em maio/2012 no valor total de R\$ 25.000 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 12 parcelas mensais, vencendo a última parcela em junho/2013, operação contratada ao custo de 150% do CDI, tendo como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios.

• **Banco Original S.A.:** Contrato na modalidade de Cédula de Crédito Bancário firmado em junho/2012 no valor total de R\$ 25.362 a ser utilizado como capital de giro, a ser pago em 24 parcelas mensais, vencendo a última parcela em maio/2014, operação contratada ao custo Pré fixado de 34,49% ao ano, tendo como garantia alienação fiduciária de bem imóvel e cessão fiduciária de direitos creditórios.

O quadro abaixo apresenta a discriminação os saldos da dívida financeira, por modalidade, em 31 de dezembro de 2012:

Dívida Financeira (R\$ mil)	2012		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Moeda Nacional			
Eletrobras	11.338	64.264	(52.926)
Investimentos	3.656	1.000	2.656
Finame	486	956	(470)
Capital de giro - CDI	103.913	415.766	(311.853)
Capital de giro - PRÉ	12.878	3.478	9.400
Arrendamento Mercantil	2.516	511	2.005
(-) Custo de transação	(3.290)	(7.220)	3.930
Total Moeda Nacional	131.497	478.755	(347.258)
Moeda Estrangeira			
Tesouro nacional	748	12.665	(11.917)
(-) Cauções	-	(9.775)	9.775
Total Moeda Estrangeira	748	2.890	(2.142)
TOTAL DA DÍVIDA FINANCEIRA	132.245	481.645	613.890
Caixa e equivalentes	(65.928)	0	(65.928)
Sub-rogação CCC	0	0	0
Dívida Financeira Líquida	66.317	481.645	547.962

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações discriminada no Item 10.1(f.i), acima, há ainda as seguintes operações a destacar:

Tesouro nacional: Reestruturação da dívida externa, com garantias do Tesouro Nacional, contratos assinados em março/1997 com taxas de juros pré que variam de 6,2% a 8,2% a.a. e taxas que variam de 0,81% a 0,88% ao ano mais taxa Libor semestral e variação cambial, com amortização semestral, e a data do último vencimento será em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”) cujo saldo em 31/12/2012 era de R\$ 9.775 (R\$ 6.852 em 31/12/2011).

iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 634.2 milhões, assim segmentados: (i) R\$607,0 milhões ou 95,7% de garantias reais por meio de recebíveis; (ii) R\$13,4 milhões ou 2,1% por depósito caução,(iii) R\$8,8 milhões ou 1,4% de garantias pelo próprio bem e (iv) R\$5,0 milhões ou 0,8% de garantias quirografárias, ou seja, livres de garantias. O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos da ENERSUL possuem cláusula de vencimento antecipado, por força de eventos que envolvam sua controlada (como o caso do pedido de Recuperação Judicial). Para evitar inadimplemento cruzado (*cross default*) de contratos celebrados entre as diversas Concessionárias e seus credores, resultando em potencial declaração de vencimento antecipado e na descontinuidade do serviço público, devido ao comprometimento do fluxo de caixa da ENERSUL, em outubro de 2012, foi assinado um “Termo de Entendimentos” entre as Concessionárias controladas pela Rede Energia (em Recuperação Judicial) e seus credores. Isso afasta o risco de pedidos de vencimento antecipado, em razão de eventos dessa natureza, até o final da Intervenção.

Covenants Financeiros

A Companhia possui contratos financeiros em que constam restrições financeiras (“*covenants*”). Essas restrições obrigam a Companhia a manter seus resultados financeiros dentro de certos limites, sob pena de o credor decretar vencimento antecipado do contrato. A seguir, relacionamos os *covenants* financeiros atualmente vigentes:

Banco Nacional de Desenvolvimento (“BNDES”)

- Dívida Total / (Dívida Total + Patrimônio Líquido) deve ser menor do que 0,65
- *EBITDA* / Dívida Total deve ser maior que 0,22
- *EBITDA* / Despesa Financeira Bruta deve ser maior que 1,30

Banco Bradesco

- Dívida líquida / *EBITDA* deve ser menor do que 4,00

Banco HSBC

- Dívida líquida / *EBITDA* deve ser menor do que 3,00

Eletrobras

- Novos Compromissos Financeiros Conjuntos deve ser menor que 5% Total Ativo

- Novos Compromissos Financeiros Isolados deve ser menor que 5% Total Ativo Fixo
- Endividamento deve ser menor que 66% Ativo Fixo

A apuração dos *covenants*, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 não apontou o descumprimento de nenhum covenant, permanecendo todos os indicadores financeiros “*in compliance*”.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Resultados Operacionais

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2012, comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011.

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 9,2%, passando de R\$1.903,7 milhões em 2011 para R\$2.144,5 milhões em 2012, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 7,9% nas vendas em MWh; e (ii) aumento de 5,6% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$ dividida pelas vendas em MWh). Desconsiderando-se portanto, a receita de construção, que é parte dos efeitos da adoção do IFRS (International Financial Report Standard), Normas Internacionais de Contabilidade, e que não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia, uma vez que esse mesmo valor aparece no custo de operação, resultando em efeito zero no EBITDA, a receita bruta registrou um expressivo aumento de 12,2%, passando de R\$1.733,2 milhões em 2011 para R\$1.945,5 milhões em 2012.

Custo do Serviço

O custo do serviço de energia elétrica, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizou R\$725,4 milhões em 2012, o que representa um acréscimo de 25,6% em relação aos R\$577,6 milhões de 2011, principalmente devido ao aumento de 41,8% da demanda na classe de consumo residencial, aumento de 25,8% na classe de consumo comercial e o aumento do preço médio de compra de energia elétrica em 26,8%.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$ 431,7 milhões em 2012 e R\$ 360,4 milhões em 2011,

representando um aumento de 19,8%. Retirando-se o efeito do custo de construção - que não afeta o resultado operacional, uma vez que existe uma exata contrapartida na receita, como resultado da adoção ao IFRS – o custo da operação passou de R\$ 190,0 milhões em 2011 para R\$ 232,7 milhões em 2012, representando um aumento de 22,5%, variação essa, influenciada significativamente pelo aumento de 34,1% nos custos com pessoal devido ao processo de primarização de diversas atividades.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais registraram um aumento de 137,5%, passando de R\$109,7 milhões em 2011 para R\$260,4 milhões em 2012, principalmente devido ao item de outras despesa que passou de R\$ 10,0 milhões em 2011 para R\$ 165,0 milhões em 2012. Este acréscimo em outras despesas operacionais foi ocasionado principalmente por ajustes nas contingências judiciais e da provisão créditos de liquidação duvidosa – PCLP.

EBITDA

Considerando-se portanto os comentários sobre os resultados da receita operacional, custo do serviço de energia elétrica, bem como os custos e despesas operacionais, a ENERSUL encerrou o exercício de 2012 com um EBITDA Ajustado de R\$ 183,6 milhões, representando uma redução de 49,6% em relação aos R\$ 363,1 milhões de 2011.

Resultado Líquido

No ano de 2012 foi apurado um prejuízo de R\$16.395 mil, ocasionado principalmente por ajustes em diversos itens, tais como contingências judiciais, provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, atualização e contabilização dos valores a serem devolvidos aos consumidores do programa de universalização.

Análise dos Resultados do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2011, comparados com o Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2010

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 16,7%, passando de R\$1.631,3 milhões em 2010 para R\$1.903,7 milhões em 2011. A receita operacional líquida do exercício de 2011 foi de R\$1.334,6 milhões, representando um aumento de 15,3% em relação a receita verificada em 2010. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 6,5%, redução das perdas e o efeito do reajuste tarifário médio de 12,33% homologado pela ANEEL a partir de abril de 2011.

Custo do Serviço

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$577,6 milhões em 2011, o que representa um acréscimo de 8,3% em relação aos R\$533,5 milhões de 2010, devido ao aumento da demanda e aumento do preço médio de compra de energia elétrica em 3,0%.

Custo da Operação

O custo da operação foi de R\$360,4 milhões em 2011 e R\$356,9 milhões em 2010, representando um aumento de 1,0%. Retirando-se o efeito do custo de construção - que não afeta o resultado operacional, uma vez que existe uma exata contrapartida na receita, como resultado da adoção ao IFRS - o custo da operação passou de R\$187,3 milhões em 2010 para R\$190,0 milhões, representando um aumento de 1,4%, variação essa, significativamente inferior a inflação do período de 5,10% (IGPM).

Despesas Operacionais

As despesas operacionais somaram R\$109,7 milhões em 2011 e R\$90,0 milhões em 2010, representando um aumento de 21,8%, influenciado principalmente pelo aumento das despesas gerais e administrativas, em especial a rubrica serviços de terceiros, que passou de R\$29,5 milhões em 2010 para R\$38,6 milhões em 2011, em razão de imobilização de custos diretos no valor de R\$11,0 milhões em 2010.

EBITDA

Em consequência dos resultados comentados nos parágrafos anteriores, o EBITDA da companhia aumentou de R\$257,0 milhões em 2010 para R\$363,1 milhões em 2011, representando um incremento de 41,2%.

Resultado Líquido

O resultado financeiro passou de uma despesa de R\$54,4 milhões em 2010 para uma despesa de R\$72,3 milhões em 2011, o que representa uma variação de 32,9% (R\$17,9 milhões), devida principalmente a: (i) variação monetária líquida em moeda estrangeira que passou de uma despesa de R\$1,8 milhões em 2010 para uma despesa de R\$8,0 milhões em 2011, gerando um acréscimo na despesa de R\$6,2 milhões; (ii) ajuste líquido a valor presente que passou de uma receita de R\$3,2 milhões em 2010 para uma despesa de R\$9,0 milhões em 2011, representando uma variação de R\$12,2 milhões; (iii) contratação de operação de swap em 2011, que gerou uma despesa líquida de R\$4,7 milhões; e (iv) encargos de dívida que passou de R\$80,2 milhões em 2010 para R\$87,6 milhões em 2011, gerando uma diferença de R\$7,4 milhões. Essas despesas, portanto, foram parcial e positivamente compensadas pelo (i) ganho de R\$4,3 milhões na renda com aplicações financeiras; e (ii) acréscimo de R\$4,8 milhões na receita de acréscimos moratórios, devido a cobranças em atraso.

Por fim, o lucro líquido do exercício de 2011 foi de R\$151,8 milhões: um aumento de 77,8% em relação ao lucro de R\$85,4 milhões em 2010.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 comparadas com 31 de dezembro de 2011

Ativo Circulante

Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto

Em 31 de dezembro de 2012, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$65,9 milhões, comparados aos R\$116,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, esse decréscimo de 43% deve-se principalmente ao saque que o Banco Daycoval e o Bic Banco fizeram da conta corrente da Enersul de aproximadamente R\$82.000 mil para quitação de financiamentos feitos pela Holding, ou seja, a empresa pagou por financiamentos que não tinha feito. A operação relativa ao Bic Banco (R\$20.624 mil) foi abatida como pagamento de dividendos devidos à controladora, enquanto a operação relativa ao Daycoval (R\$ 61.866 mil) está sendo questionada judicialmente pela ENERSUL. Além disso, no Plano apresentado pelos acionistas à ANEEL propõe-se a devolução destes valores com a aquisição da posição do Daycoval.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da conta de consumidores foi de R\$325,9 milhões, comparados com R\$314,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento de R\$11,8 milhões ou 4,0%, ocorreu, principalmente, em virtude do aumento do faturamento, e dos vencimentos que passaram do longo para o curto prazo,

O saldo da perda no valor recuperável em 31 de dezembro de 2012, de R\$66,2 milhões, comparados com R\$38,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 72,3% (R\$27,7 milhões) ocasionado principalmente por ajustes nas contingências judiciais e da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLP.

Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2012, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar corresponde a R\$34,2 milhões, comparado aos R\$29,5 milhões de 31 de dezembro de 2011. Tal aumento de R\$4,7 milhões ou 16% ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual e a redução do valor de ICMS a compensar na aquisição de bens do ativo intangível que será recuperado em até 48 meses.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de consumidores foi de R\$47,2 milhões, comparados aos R\$38,5 milhões em 31 de dezembro de 2011. Tal aumento de R\$8,7 ou 22% ocorreu principalmente ao aumento do parcelamento de contas que estavam em atraso (faturas novadas) em 26%.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, nosso ativo não circulante de partes relacionadas contabilizava R\$8,3 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$11,6 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de R\$3,3 milhões ou 28,1%. Essa redução foi decorrente do saldo a receber da Centrais Elétricas do Pará S.A. virtude da recuperação judicial, teve 1/3 de seu valor a ser pago de acordo com o plano de recuperação e os outros 2/3 foram assumidos pela coligada Rede Power.

Tributos e Contribuições Sociais a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2012, nossos tributos a recuperar totalizaram R\$13,9 milhões, comparados aos R\$9,4 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento de R\$4,5 milhões ou 48,1% foi principalmente decorrente do aumento do ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo intangível que será recuperado em até 48 meses.

Ativo Intangível e Ativo Financeiro dos Contratos de Concessão

O total dos ativos intangíveis e financeiros em 2012 foi de R\$1.047,4 milhões, o que representa um aumento de 7% (R\$69,5 milhões) em relação aos R\$977,9 milhões de 2011, principalmente devido à variação de R\$302,6 milhões no item máquinas e equipamentos do ativo financeiro, que é a parcela indenizável ao final da concessão.

Outros Ativos

O saldo da conta outros ativos foi de R\$72,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$2,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma variação de R\$69,9 milhões, principalmente em razão da contabilização do valor de R\$61,8 milhões referente a recursos da empresa que estavam depositados em instituição financeira originalmente registrados na rubrica de aplicações financeiras(Banco Daycoval), e que foram resgatados pelo Banco, para quitação de dívidas da Rede Energia. Com base na opinião de assessores jurídicos e o posicionamento da Aneel, a Administração da ENERSUL entende que o direito de ressarcimento do montante é líquido e certo, restando o desfecho judicial para a avaliação do adequado registro e atualização do ativo.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da conta de fornecedores era de R\$124,5 milhões, comparados aos R\$111,257 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de R\$13,3 milhões ou 11,9%, principalmente devido ao aumento de R\$16,7 milhões nos fornecedores de suprimentos de energia elétrica.

Obrigações Fiscais

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$74,3 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$80,8 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 8% (R\$6,5 milhões). Essa variação foi principalmente decorrente do pagamento de R\$15,4 de obrigações federais.

Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil

Nossos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil totalizaram R\$132,2 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$111,5 milhões em 2011, representando um aumento de 19% (R\$20,7 milhões). Esse aumento ocorreu principalmente devido a contratação dos empréstimos e financiamentos com vencimento a curto prazo para capital de giro.

Passivo Não Circulante

Obrigações Fiscais

Nossos impostos, contribuições sociais e parcelamentos totalizaram R\$60,4 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 121,6% (R\$33,2 milhões). Esse aumento foi principalmente decorrente do pedido de parcelamento do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, em março de 2012, junto a Receita Federal. O montante será quitado em 60 parcelas, corrigidas pela taxa SELIC.

Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Arrendamento Mercantil

Nossos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil de longo prazo totalizaram R\$481,6 milhões em 31 de dezembro de 2012 e R\$546,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando uma redução de 12% (R\$65,3 milhões) principalmente devido aos novos ingressos para capital de giro estarem concentrados no curto prazo.

Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2012, nosso passivo não circulante de partes relacionadas

contabilizava R\$56,3 milhões, comparados aos R\$16,1 milhões em 31 de dezembro de 2011, apresentando um aumento de R\$40,2 milhões. Esse aumento foi principalmente decorrente do instrumento particular de cessão de créditos de dividendos de titularidade da controladora Rede Energia para as coligadas CELTINS e Rede Power, no valor de R\$37,7 milhões.

Provisão para Contingências

A provisão para contingências em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$168,9 milhões, comparados aos R\$64,5 milhões em dezembro de 2011, representando um aumento de 160% (R\$103.959 milhões) principalmente devido a: (i) aumento de R\$33,1 para contingências de ações judiciais cíveis de origem trabalhistas; (ii) aumento de R\$55,4 milhões para contingências de ações cíveis, que em sua grande maioria, referem-se a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor pede revisão ou o cancelamento da fatura.

Outros Passivos

Os outros passivos totalizaram R\$76,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, representando um aumento de R\$72,3 milhões em relação aos R\$3,8 milhões em 31 de dezembro de 2011. Esse aumento foi principalmente decorrente do Plano de Universalização. O plano prevê que o solicitante, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação prevista no programa anual, ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado serão restituídos pela concessionária até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo o Programa Anual. Os valores deverão ser reembolsados aos consumidores até o final do ano de 2014.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2012 o Patrimônio Líquido foi de R\$687,5 milhões, comparados aos R\$788,2 milhões em 31 de dezembro de 2011. A variação de 13% ocorreu devido à redução de R\$100,1 milhões na reserva de lucro.

Principais Alterações nas Contas Patrimoniais

Contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2011 comparadas com 31 de dezembro de 2010

Ativo Circulante

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2011, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$116,1 milhões, comparados a R\$99,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de 16,6% ocorreu principalmente devido ao montante de R\$108,6

milhões mantidos em aplicações financeiras que será destinado para o capital de giro da Companhia.

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta consumidores foi de R\$314,1 milhões, comparados com R\$250,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de 25,5% (R\$63,9 milhões) foi principalmente devido ao aumento do faturamento e transferência dos saldos de clientes, do longo para o curto prazo. O saldo da perda no valor recuperável foi em 31 de dezembro de 2011, de R\$38,5 milhões, comparados com R\$40,6 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução pouco significativa de 5,2% (R\$2,1 milhões) referente a realização de perdas no período.

Tributos e Contribuições Sociais a Compensar

Em 31 de dezembro de 2011, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$29,5 milhões, comparado a R\$22,7 milhões de 31 de dezembro de 2010, representando também um aumento de 30,0% (R\$6,8 milhões) ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na declaração de ajuste anual e o aumento do valor de ICMS a compensar na aquisição de bens do ativo imobilizado, que será compensado em até 48 meses.

Ativo Não Circulante

Consumidores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de consumidores foi de R\$38,6 milhões, comparados aos R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. O aumento de 107,5% (R\$20,0 milhões) ocorreu principalmente em virtude de parcelamento com consumidores da classe comercial, além das transferências dos saldos de cliente, do longo para o curto prazo.

Empresas Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, nosso realizável em longo prazo contabilizou R\$11,6 milhões referentes ao saldo a receber de empresas relacionadas, comparados aos R\$22,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 94,8% (R\$11,0 milhões) ocorreu basicamente pelo recebimento da companhia relacionada Centrais Elétricas do Pará S.A – CELPA.

Créditos Tributários Diferidos

Em 31 de dezembro de 2011, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$206,0 milhões, comparados aos R\$228,7 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal diminuição

de 9,9% (R\$22,7 milhões) foi decorrente da apuração dos prejuízos fiscais e base negativa para realização dos lucros futuros.

Ativo Intangível e Financeiro

O saldo do ativo intangível e financeiro atingiu R\$977,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, representando um aumento de 7,1% (R\$65,1 milhões) em relação aos R\$912,8 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2010. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude do aumento de R\$24,7 no ativo financeiro, que é a parte do imobilizado que não será amortizada durante o período da concessão e R\$40,3 referente aos Investimentos em Expansão e Melhoria do Sistema (Linhas, redes e subestações) no exercício de 2011.

Passivo Circulante

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da conta de fornecedores era de R\$120,6 milhões, comparados aos R\$103,1 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 17,0% (R\$17,5 milhões). Tal aumento foi decorrente principalmente de 11,8% (R\$6,8 milhões) de suprimentos de energia elétrica e 63,1% (R\$19,7 milhões) de materiais e serviços compensados pela redução de 75,0% (R\$9,0 milhões) nos encargos de uso da rede elétrica.

Obrigações Fiscais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$80,8 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$45,8 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento de 76,4% (R\$35,0 milhões). Esse aumento foi principalmente devido ao aumento do faturamento, o que acarretou em um incremento de R\$8,4 milhões no ICMS, R\$8,6 referente a parcelamento ordinário em 31/03/2011 de débitos de Pis e COFINS referente ao período de outubro/2010 à fevereiro/2011 a ser pago em 60 parcelas mensais atualizadas pela Selic e também R\$14,1 milhões referente a Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao exercício de 2011.

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Nossos dividendos e juros sobre capital próprio totalizaram R\$21,7 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$8,5 milhões em dezembro de 2010, representando um aumento de 155,3% (R\$13,2 milhões). Esse montante de 2011 refere-se principalmente ao saldo dos dividendos intercalares deliberados na Reunião da Diretoria de 21/1/2011 e 27/12/2011.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos totalizaram R\$111,0 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$90,7 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando um aumento de 22,4% (R\$20,3 milhões). Tal aumento ocorreu devido principalmente ao aumento do capital de giro em R\$19,5 milhões.

Obrigações do Programa de Eficiência Energética

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2011 esta rubrica totalizava R\$39,1 milhões, 8,0% superior ao saldo de R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$2,9 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

Passivo Não Circulante

Obrigações Fiscais

Nossos impostos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$27,3 milhões em 31 de dezembro de 2011 valor referente a parcelamento ordinário em 31/03/2011 de débitos de Pis e COFINS do período de outubro/2010 à fevereiro/2011 a ser pago em 60 parcelas mensais atualizadas pela Selic e também R\$14,1 milhões referente a Imposto de Renda e Contribuição Social referente ao exercício de 2011.

Empréstimos, Financiamentos e Encargos

Nossos empréstimos, financiamentos e encargos em longo prazo totalizaram R\$546,9 milhões em 31 de dezembro de 2011 e R\$555,0 milhões em 31 de dezembro de 2010, representando uma redução de 1,5% (R\$8,1 milhões). Tal redução foi influenciada principalmente pela redução dos Investimentos em R\$3,3 milhões e redução de R\$5,4 milhões no saldo com a Eletrobrás (IRD, Universalização e Luz Para Todos).

Provisões para Contingência

Em 31 de dezembro de 2010, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$65,0 milhões, comparados aos R\$66,0 milhões de 31 de dezembro de 2010. Tal redução de 1,5% (R\$1,0 milhão) ocorreu substancialmente em decorrência da redução de R\$1,2 milhão nas provisões para ações de natureza trabalhista.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido foi de R\$788,2 milhões, comparados

aos R\$777,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Tal aumento de R\$10,6 milhões ou 1,4% foi devido ao aumento nas reservas de lucros de R\$7,6 milhões de reserva legal e R\$3,0 milhões de retenção de lucros.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da ENERSUL é, em sua maior parte, oriunda da venda de energia elétrica aos consumidores finais no Estado de Mato Grosso do Sul, que por sua vez são subdivididas em classes de consumo. A seguir faremos uma análise do comportamento dessas classes em 2012, em comparação a 2011.

Comportamento das Classes de Consumo: 2012 em relação a 2011

A classe residencial, responsável por 34,9% do total da energia fornecida (1.364 GWh) e 80,3% do número total de consumidores (706.125 consumidores), apresentou um crescimento de 8,9% no consumo de energia elétrica e um crescimento de 4,4% no número de consumidores, quando comparados ao exercício anterior. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo aumento do número de empregos e elevação da renda dos trabalhadores.

A classe comercial, segunda mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa em 2012, com participação de 24,1% do total da energia fornecida (943 GWh) e com 71.832 consumidores, apresentou um crescimento de 10,0% no consumo e 4,7% no número de consumidores, quando comparados ao ano anterior. As atividades que mais exerceram influência sobre o desempenho da classe foram: atividades de comércio atacadista, que registraram um crescimento de 15,5% e comércio varejista, com crescimento de 12,9%.

A classe industrial, terceira mais representativa no fornecimento de energia elétrica da empresa, com participação de 14,8% da energia fornecida (579 GWh) e 6.443 consumidores. O consumo apresentou um acréscimo de 6,9% e o número de consumidores registrou um crescimento de 9,1%. Esse crescimento foi influenciado pelos setores de “abate de bovinos” e “produtos minerais não-metálicos e britamento”.

A classe rural é quarta maior com relação ao consumo de energia, com 10,9% (427 GWh), e a segunda maior classe em relação ao número de consumidores (82.878 consumidores). Essa classe registrou um crescimento de 6,2% no fornecimento de energia e de 1,1% no número de consumidores.

Nas demais classes (serviços públicos, poderes públicos e iluminação pública) houve uma evolução de consumo de 5,0% em relação ao ano anterior com destaque para o incremento do consumo de iluminação pública de 7,5%.

Comportamento das Classes de Consumo: 2011 em relação a 2010

A ENERSUL encerrou o ano de 2011 com um fornecimento de energia elétrica de

3.618 GWh (mercado cativo), representando um crescimento de 6,5 % em relação aos 3.398 GWh de 2010. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo bom desempenho das classes residencial e comercial, que responderam por 58,3% do mercado cativo em 2011, e em razão da expansão no número de consumidores, aumento da renda real das famílias e conseqüente incremento no consumo doméstico.

A classe residencial apresentou um consumo de 1.253 GWh em 2011 e 1.174 GWh em 2010, resultando em um aumento de 6,7%, enquanto o número de clientes avançou 4,1%. Verificou-se ainda um aumento no consumo médio residencial de 3,0%, passando de 152,5 kWh/mês até dezembro de 2010 para 157,1 kWh/mês durante 2011. O resultado desta classe foi apoiado pela manutenção do patamar de criação de empregos de 2010 em 2011, o dobro de anos anteriores, permitindo uma mudança no perfil de consumo residencial e pela aquisição incentivada de bens duráveis, em especial da linha branca, pelas famílias.

Os clientes cativos da classe industrial consumiram 542 GWh em 2011, contra 532 GWh apresentados no ano anterior, o que implicou em uma evolução de 1,9%. Tal índice foi influenciado pela migração de duas grandes unidades de abate e frigorificação de bovinos para o mercado livre. A Energia Distribuída (incluindo os clientes livres) apresentou avanço de 4,6% em relação ao ano anterior, índice abaixo das expectativas em função do atraso na entrada de quatro grandes clientes.

Em 2011, a classe comercial apresentou um consumo de 857 GWh contra os 776 GWh de 2010, o que representou um acréscimo de 10,4%. As maiores contribuições para este desempenho foram dos setores Comércio Varejista, com participação de 33,6%, que cresceu 14,1% e de Serviços Auxiliares Diversos, com participação de 10,5% e crescimento de 37,3%. A energia distribuída (incluindo os clientes livres) apresentou um acréscimo de 10,6% em relação ao mesmo período anterior.

Na classe rural foi verificado um acréscimo de 5,1% no comparativo com o ano anterior. O consumo apresentado foi de 402 GWh, contra 383 GWh em 2010. Este crescimento foi apoiado pelo crescimento pulverizado em diversos setores de pequeno porte indicando uma consolidação da política de incremento e aumento de produtividade de pequenas propriedades. Nas demais classes (serviços públicos, poderes públicos e iluminação pública) houve uma evolução de consumo de 5,8% em relação ao ano anterior com destaque para o incremento do consumo dos poderes públicos de 9,6%. Destaca-se a evolução das renegociações em prol da redução das dívidas dos municípios e do acordo realizado para adimplir o maior hospital do Estado.

Na tabela abaixo é demonstrada as receitas bruta e líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ mil	2.010	2.011	2.012
Receita operacional bruta	1.631.322	1.903.673	2.144.498
Deduções	(474.313)	(569.072)	(627.145)
Receita operacional líquida	1.157.009	1.334.601	1.517.353

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores entendem que os resultados das operações da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2012, foram significativamente afetados pelos seguintes fatores:

a) alterações nos custos da Companhia, em especial o preço de energia. Em 2012, a energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão e distribuição, totalizaram R\$725,4 milhões em 2012, o que representa um acréscimo de 25,6% em relação aos R\$577,6 milhões de 2011. Conforme já comentado no Item 10.1 deste Formulário, as principais razões dessa variação foram: (i) baixo nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o que levou ao aumento da aquisição de energia proveniente de fontes térmicas, com custos bem mais elevados; e (ii) aumento do volume das compras de energia elétrica no ambiente da CCEE, em decorrência do não cumprimento da entrega de energia por algumas supridoras contratadas em leilão, seja em razão do atraso na construção das usinas, ou pelo cancelamento da outorga pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

b) aumento no volume de energia comprada para revenda, em decorrência do crescimento do mercado no fornecimento de energia elétrica. O mercado de energia elétrica de Mato Grosso do Sul tem registrado significativo crescimento nos últimos anos (vide Item 10.1 deste Formulário).

c) comportamento do mercado consumidor, que é influenciado pelo aumento da renda, elevação ou redução na temperatura e instalações de novas indústrias na área de concessão da Companhia (ou migração de indústrias para outras regiões do país).

d) alterações nas tarifas de energia decorrentes da revisão tarifária periódica (a cada 5 anos, no caso da ENERSUL) e reajustes tarifários anuais, ambos homologados pela ANEEL;

e) perdas técnicas e não técnicas. Essas perdas tem decorrido de: (i) interligação do sistema isolado (localidades que eram atendidas por pequenas centrais hidroelétricas) ao sistema interligado nacional; (ii) furto de energia; (iii) avanço do Programa Luz Para Todos - são grandes extensões de linhas de transmissão e distribuição para conectar pequenos grupos de consumidores, em geral, rurais e de baixa renda; (iv) perda natural devido às grandes extensões de rede; e (v) não pagamento de contas de energia.

f) aumento dos índices DEC e TMAE, devido ao excesso de ordens de serviço durante o período de alta densidade de descargas atmosféricas, severas condições climáticas, aliado ao avanço do Programa Luz Para Todos, que tem levado o atendimento para regiões cada vez mais distantes. O desempenho atual dos níveis de qualidade do serviço da ENERSUL é compatível com os padrões de rede existentes, e podem ser considerados muito bom. Os indicadores da ENERSUL estão em cumprimento aos limites estipulados pela ANEEL, que é de 14,29 para o DEC e 11,90 para o FEC;

g) migração de clientes industriais e comerciais para o mercado livre;

i) resultados das disputas judiciais e contingências.

As análises das variações dos resultados financeiros nos últimos três exercícios que, diretamente foram afetados pelos fatores ora descritos, estão no Item 10.1 deste Formulário.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Antes de comentar sobre as variações nas receitas nos últimos três exercícios, é importante ressaltar que a receita de venda de energia ao consumidor final, principal componente da receita bruta da companhia e responsável por aproximadamente 85% da sua receita operacional (excluindo-se o custo de construção), é impactado por três fatores:

(i) crescimento do mercado, o que significa aumento do número de ligações (novos consumidores);

(ii) aumento no consumo médio (impactado diretamente pelo aumento da renda do consumidor); e

(iii) reajustes tarifários anuais ou revisões tarifárias periódicas (realizadas a cada 5 anos, no caso da ENERSUL). Esses reajustes são concedidos pelo Órgão Regulador, ANEEL. No caso dos reajustes tarifários anuais, há apenas repasses da inflação do período para a tarifa de venda. No caso das revisões tarifárias periódicas, que ocorre a cada 5 anos, o processo de repasse para a tarifa é mais complexo e objetivo analisar o equilíbrio financeiro-econômico da concessionária. O processo se dá através da revisão da receita, de tal forma que essa receita seja suficiente para a cobertura dos custos operacionais eficientes e que proporcione uma remuneração adequada sobre os investimentos, necessários à manutenção da concessionária.

Abaixo, quadro contendo os componentes da receita operacional da ENERSUL nos últimos três exercícios:

R\$ mil	2.010	2.011	2.012
Venda ao consumidor final	1.322.323	1.598.921	1.823.355
Receita de uso da rede	29.705	54.672	68.122
Suprimentos (CCEE)	8.697	1.864	9.180
Outras receitas	100.985	77.841	44.871
Sub-total	1.461.710	1.733.298	1.945.528
Receita de construção	169.612	170.375	198.970
Receita operacional bruta	1.631.322	1.903.673	2.144.498

(i) Venda ao consumidor final, representa as vendas aos consumidores residencial, industrial, comercial, rural, e setor público;

(ii) Receita de uso da rede, representa a receita oriunda de consumidores livres que estão instalados na área de concessão da CEMAT e, portanto, pagam pelo uso da rede;

(iii) Suprimentos (CCEE), representam as vendas efetuadas no ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;

(iv) Outras receitas, representam os outros serviços prestados pela empresa como, instalações e manutenções.

As razões das variações da receita operacional entre 2012, em relação a 2011 e 2011 em relação a 2010, foram às seguintes:

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 12,7%, passando de R\$ 1.903,7 milhões em 2011 para R\$ 2.144,5 milhões em 2012, influenciado

principalmente pelo: (i) aumento de 7,9% nas vendas em MWh; (ii) aumento de 5,6% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$, ao consumidor final, dividida pelas vendas em MWh); (iii) aumento de 17% na receita de construção, que passou de R\$ 170,4 milhões em 2011 para R\$ 198,9 milhões em 2012; e (iv) aumento de 25% na receita de uso da rede, que passou de R\$ 54,6 milhões em 2011 para R\$ 68,1 milhões em 2012.

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 16,7%, passando de R\$1.631,3 milhões em 2010 para R\$1903,7 milhões em 2011, influenciado principalmente pelo: (i) aumento de 6,5% nas vendas em MWh; e (ii) aumento de 13,5% no preço médio de venda ao consumidor final (receita de vendas em R\$ dividida pelas vendas em MWh), principalmente devido ao reajuste tarifário anual ocorrido em abril de 2011. Desconsiderando-se, portanto a "receita de construção", que é apenas um efeito contábil como resultado da adoção da Companhia ao IFRS (normas contábeis internacionais), e não constitui efeito real sobre o resultado operacional da companhia.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Impactos nos Custos Operacionais Devido ao Preço da Energia Comprada para Revenda

No caso da ENERSUL, que é uma concessão de distribuição de energia elétrica, entende-se como principal insumo e produto, a energia elétrica comprada para revenda. A variação dessa energia comprada é influenciada basicamente por quatro fatores: (i) aumento nas vendas; (ii) inflação; (iii) variação do dólar, no caso da energia comprada de Itaipu; e (iv) volatilidade nos preços da energia de curto prazo em razão da falta ou sobre de energia.

O quadro a seguir apresenta a evolução da energia comprada, por modalidade, nos últimos três exercícios:

R\$ mil	2.010	2.011	2.012
Energia de Itaipu	78.583	71.252	63.240
Energia de leilão / bilateral	362.567	401.247	497.003
Energia de curto-prazo	3.448	17.688	57.475
Proinfa	17.113	16.481	22.939
Crédito de PIS/COFINS	(31.580)	(32.637)	(39.551)
Receita operacional bruta	430.131	474.031	601.106

Quanto às razões das variações, temos o seguinte:

De 2011 para 2012, a energia elétrica comprada para revenda totalizou R\$601.1 milhões, o que representa um acréscimo de 27% em relação aos R\$474 milhões de 2011. As principais razões dessa variação foram (já comentado no Item 10.1 deste Formulário): (i) baixo nível dos reservatórios das usinas hidroelétricas, o que levou ao aumento da aquisição de energia proveniente de fontes térmicas, com custos bem mais elevados; e (ii) aumento do volume das compras de energia elétrica no ambiente da CCEE, em decorrência do não cumprimento da entrega de energia por algumas supridoras contratadas em leilão, seja em razão do atraso na construção das usinas, ou

pelo cancelamento da outorga pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De 2010 para 2011, houve um aumento de 10,2% no valor total de compra de energia, passando de R\$ 430,1 milhões em 2010 para R\$ 474 milhões em 2011, pelas mesmas razões das variações de 2011 para 2012, pois o mercado apresenta pouca variação de suas características principais de um ano para outro.

Impactos nos Custos Financeiros Devido a Taxas de Juros e Variações Cambiais

Os resultados financeiros da ENERSUL em 2010, 2011 e 2012 foram, respectivamente, despesas de R\$65,5 milhões, R\$97,3 milhões e R\$147,9 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

	<i>R\$ mil</i>		
	2.010	2.011	2.012
Receita Financeira			
Renda de aplicação financeira	9.725	13.988	1.318
Mútuo com partes relacionadas	3.324	2.028	403
Juros ativos	2.095	177	5.743
Variação monetária / cambial	2.512	6.675	5.939
Acréscimos moratórios	25.000	29.787	33.591
Operações com Sw ap	0	1.375	692
Marcação a Mercado - Sw ap	0	11.034	2.294
Ajuste a valor presente	22.329	24.765	97.694
Outras receitas	570	7.453	259
Total da Receita Financeira	65.555	97.282	147.933
Despesa Financeira			
Encargos de dívidas	(80.243)	(87.622)	(74.306)
Variação monetária	(1.806)	(7.991)	(4.128)
Juros e multas	(4.341)	(7.730)	(63.525)
Operações com Sw ap	0	(7.708)	0
Marcação a Mercado - Sw ap	0	(11.518)	(121)
Ajuste a valor presente e valor de mercado	(19.083)	(31.624)	(93.920)
Outras despesas	(14.473)	(15.368)	(21.258)
Total da Despesa Financeira	(119.946)	(169.561)	(257.258)
Resultado Financeiro	(54.391)	(72.279)	(109.325)

Destacamos aqui, os principais itens do resultado financeiro, impactados por juros, variações cambiais e monetárias, nos últimos três exercícios:

(i) variação monetária líquida de moeda nacional e estrangeira (receita menos despesa):

2010, uma receita de R\$706 mil;
 2011, uma despesa de R\$1,3 milhões;
 2012, uma despesa de R\$1,8 milhões.

Em jan/12 foi contabilizada a variação dos títulos Par Bond Discount Bond no mercado referente ao 2º semestre de 2011 no valor de R\$ 1.636 mil.

(ii) encargos de dívidas.

A ENERSUL registrou R\$80,2 milhões, R\$87,6 milhões, e R\$74,3 milhões em 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

(iii) juros e multas.

Em 2010, 2011 e 2012, respectivamente, as despesas financeira com juros e multas foram de R\$4,3 milhões, R\$7,7 milhões e R\$63,5 milhões. De 2011 para 2012, os juros e multas tiveram um aumento de R\$55,8 milhões, as principais razões dessa variação foram: (i) encargos do parcelamento de PIS/COFINS em R\$10,3 milhões; (ii) encargos setoriais pagos em atraso (RGR,CCC,CDE) em R\$2,5 milhões; (iii) provisão de juros referente antecipação de rede (resolução 223/ANEEL) em R\$29,9 milhões; (iv) Parcelamento subrogação CCC em R\$1,1 milhões; (v) multa sobre atraso no recolhimento de tributos e contribuições sociais em R\$3,9 milhões; encargos sobre crédito de ICMS tomados indevidamente em R\$1,8 milhões; Multas regulatórias (TI/FIC/TAI/DMIC) em R\$3,0 milhões

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não Aplicável.

c. Eventos ou operações não usuais

Não Aplicável

10.4 Os diretores devem comentar:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não há mudança significativa nas práticas contábeis do exercício de 2.012.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) adotados no Brasil e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Autorização de conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para emissão das demonstrações financeiras foi realizada pelos representantes da intervenção em 12/3/2013.

1.1. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas continuamente e quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Provisões;
- Perda no valor recuperável;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Ativo financeiro – bens da concessão;
- Vida útil de ativo intangível;

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos;
- Passivos contingentes; e
- Planos de pensão.

1.2. Gestão do capital

As políticas de utilização de instrumentos financeiros para dirimir riscos inerentes a operação da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 20.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos e passivos financeiros:

a. Reconhecimento e Mensuração: A Companhia reconhece os instrumentos financeiros nas suas demonstrações financeiras quando, e apenas quando, ela se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis).

b. Classificação: A Companhia classifica os ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) Mantidos até o vencimento e (iii) Empréstimos e recebíveis.

i. Mensurados ao valor justo por meio do resultado: são instrumentos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda a curto prazo. Os derivativos também são caracterizados como mantidos para negociação, a menos que tenha sido designado como instrumento de proteção (*hedge*);

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento.

iii. Empréstimos e recebíveis: são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos determináveis que não estão cotados em mercado ativo.

c. Avaliação de recuperabilidade de ativos financeiros: Os ativos financeiros são avaliados a cada data do balanço, identificando se são totalmente recuperáveis ou se há perda de *impairment* para esses instrumentos financeiros.

Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa estando sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. A mesma definição é utilizada na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Consumidores: Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado e a faturar a consumidores finais, uso da rede, serviços prestados, acréscimos moratórios e a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados pela CCEE

Perda no valor recuperável (*impairment*): Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e quando um evento subsequente indica reversão da perda, a diminuição é revertida e registrada no resultado.

a. Ativos financeiros: Constituída após avaliação sobre a existência de evidência objetiva acerca da possibilidade de perda no valor recuperável de recebíveis. Tal evidência é advinda de eventos ocorridos após o reconhecimento do ativo que afetem o fluxo de caixa futuro estimado, tendo como base a experiência da Administração. A análise sobre a evidência é feita individualmente para casos mais significativos e coletivamente para os demais casos.

b. Ativos não financeiros: Todo final de período a Companhia avalia se existem evidências objetivas de que os ativos da concessão, estejam desvalorizados, sendo levado em conta fatores internos e externos. Caso existam evidências, o teste de recuperabilidade econômica é realizado. Ativos intangíveis com vida útil indefinida e, ainda os não disponíveis para uso são testados anualmente, sempre na mesma data, independente da existência de evidências.

A Companhia utiliza o valor em uso como métrica de cálculo do valor recuperável, pois em sua maioria, os testes de recuperabilidade são realizados no nível de concessão, onde esta representa a menor unidade geradora de caixa. As projeções do fluxo de caixa se baseiam nos orçamentos e planos de negócios aprovadas pela Companhia para um período de 5 anos, posteriormente são utilizadas taxas constantes. A taxa de desconto utilizada para 31/12/2012 foi de 11,36%, que representa o WACC real setorial.

Ajuste a Valor Presente: Os ativos e passivos de longo prazo, bem como, os de curto prazo caso relevante, são ajustados a valor presente. Os principais efeitos apurados estão relacionados com a rubrica “Consumidores”. As taxas de descontos refletem as taxas utilizadas para riscos e prazos semelhantes aos utilizados pelo mercado, equivalente a 11,36%, que representa o WACC real setorial.

Estoque (inclusive do ativo intangível em curso): Os materiais em estoque classificados no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativos) e aqueles destinados a investimento classificados no ativo intangível em curso (depósito de obra) estão registrados ao custo médio de aquisição.

Investimentos: Inclui propriedades para investimentos que representam os bens não utilizados no objetivo da concessão, mantidos para valorização ou renda. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Intangível: Incluem o direito de uso dos bens integrantes dos contratos de concessão até o final da concessão. A amortização reflete o padrão de consumo dos bens em relação aos benefícios econômicos esperados dentro do prazo da concessão, e é reconhecida na rubrica de Custo de Operação e Despesas Operacionais.

Contratos de concessão: Os contratos de concessão são reconhecidos como ativo intangível e ativo financeiro. O valor do ativo intangível dos contratos de concessões representa o custo amortizado dos bens que compõem a concessão limitados ao final da concessão. O custo compreende o preço de aquisição (acrescido de impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos) e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração. A amortização do ativo intangível dos contratos de concessão representa a depreciação regulatória dos bens individuais. Os ativos intangíveis dos contratos de concessões têm o seu valor testado para perda de recuperabilidade econômica, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A amortização é reconhecida na rubrica de custo de operação e despesas operacionais. O ativo financeiro refere-se aos investimentos realizados e previstos no contrato de concessão e não amortizados até o final da concessão por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão e a Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Ele é reconhecido pelo custo residual não amortizado e o valor somente é alterado por meio de atualizações, adições, baixas e transferências ao longo do prazo de concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimento no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. Essas obrigações estão registradas em grupo específico no passivo não circulante, e estão sendo apresentadas como dedução do Ativo Financeiro e Ativo Intangível da concessão, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamentos para obras.

Subvenção e assistência governamental: A partir de 1/1/2008, as subvenções governamentais, se recebidas, serão reconhecidas como receita ao longo do período, confrontadas com as despesas que pretende compensar em uma base sistemática. Os valores a serem apropriados no resultado serão destinados a Reserva de Incentivos Fiscais. Atualmente a Companhia não possui subvenções e assistências governamentais.

Arrendamento mercantil: Os arrendamentos mercantis são segregados entre os operacionais e os financeiros. Quando o arrendamento é classificado como financeiro, ou seja, seus riscos e benefícios são transferidos, este é reconhecido como um ativo e

mensurado inicialmente pelo seu valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos, entre eles o menor, e depreciados normalmente. O passivo subjacente é amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. Quando o arrendamento é classificado como operacional, ou seja, seus riscos e benefícios não são transferidos, os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Empréstimos e financiamentos: Estão atualizados pela variação monetária e/ou cambial, juros e encargos financeiros, determinados em cada contrato, incorridos até a data de encerramento do balanço. Os custos de transação estão deduzidos dos empréstimos/financiamentos correspondentes. Esses ajustes são apropriados ao resultado pela taxa efetiva de juros do período em despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo do ativo intangível em curso.

Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia firmou contratos derivativos com o objetivo de administrar os riscos associados a variações nas taxas cambiais e de juros. Os referidos contratos derivativos são contabilizados pelo regime de competência e estão mensurados a valor justo por meio de resultados. Os diferenciais a receber e a pagar referentes aos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados em contas patrimoniais de “Operações de *swap*” e o resultado apurado na conta “Receitas e Despesas Financeiras” (resultado) e/ou intangível em curso (quando da construção do intangível operacional da concessão). Os ganhos e perdas auferidos ou incorridos em função do valor justo desses contratos são reconhecidos como ajustes em receitas ou despesas financeiras. Os contratos derivativos da Companhia são, em sua maioria, com instituições financeiras de grande porte e que apresentam grande experiência com instrumentos financeiros dessa natureza. A Companhia não tem contratos derivativos com fins especulativos.

Valor justo: É a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. A hierarquia do valor justo deve ter os seguintes níveis:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Custo de empréstimos: Compreendem os juros e outros custos incorridos em conexão com empréstimos de recursos para aquisição, construção ou produção de um ativo, que leve um período substancial de tempo para ficar pronto para seu uso pretendido. Esses custos começam a ser capitalizados quando a Companhia incorre em gastos, custos de empréstimos e as atividades de construção estejam iniciadas, cessando quando substancialmente todas as atividades necessárias estiverem completas. Para empréstimos específicos, o montante capitalizado é o efetivamente incorrido sobre tais empréstimos durante o período, deduzidos de qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos mesmos. Para empréstimos genéricos, aplica-se a taxa ponderada dos respectivos custos sobre o saldo vigente, aplicando esta taxa sobre o valor do ativo em construção, sendo esta capitalização limitada ao valor recuperável do ativo.

Provisões para contingências: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de um evento passado, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável sendo provável uma saída de recursos. O montante da provisão reconhecida é a melhor estimativa da Administração e dos assessores legais, baseados em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. Quando a provisão envolve uma grande população, a obrigação é estimada ponderando todos os possíveis desfechos pelas suas probabilidades associadas. Para uma obrigação única a mensuração se baseia no desfecho mais provável.

Outros direitos e obrigações: Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes que estão sujeitos a variação monetária ou cambial por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão atualizados com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base no lucro tributável e na base de cálculo da contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes na data do balanço. Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos. Os ativos e passivos diferidos são registrados nos ativos e passivos não circulantes. Os impostos diferidos serão realizados com base nas alíquotas que se espera serem aplicáveis no período que o ativo será realizado ou, o passivo liquidado. Tais ativos e passivos não são descontados a valor presente. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

De acordo com o art. 15 da Lei 11.941/2009, que institui o Regime Tributário de Transição (“RTT”) de apuração do Lucro Real, a Companhia considerou a opção pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009, por meio do envio da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ 2009, relativo ao ano- calendário de 2008. A partir do ano-calendário de 2010, a adoção ao RTT passou a ser obrigatória.

Plano de aposentadoria e pensão: A Companhia possui plano de aposentadoria e pensão, sendo este contabilizado conforme sua classificação, contribuição definida ou

benefício definido. O plano de contribuição definida é aquele que a Companhia paga contribuições fixas a uma entidade separada, não tendo a obrigação legal ou não formalizada de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. Já o de benefício definido compreende todos os planos que não sejam classificados como contribuição definida.

A contribuição da Companhia para o plano de contribuição definida é reconhecida na demonstração do resultado como custo e/ou despesa com pessoal, sendo que nenhum ativo ou passivo é reconhecido.

O plano de benefício definido tem sua contabilização baseada em avaliações atuarias sendo o valor presente das obrigações calculado pelo Método Unitário Projetado. A Companhia se utiliza de atuários qualificados independentes anualmente.

Receita líquida de vendas: As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas com base no regime de competência, sendo reconhecida no momento em que os riscos e benefícios são transferidos, ou seja, no momento da entrega da energia. Assim, inclui a quantificação estimada do fornecimento de energia elétrica da última medição (emissão fatura) até o encerramento das demonstrações financeiras.

Registro das operações de compra e venda de energia na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica: As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Companhia, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

Receita e custo de construção: O custo de construção das obras relativas a distribuição de energia elétrica, é baseado na percentagem completada da obra, sendo determinada com base nos custos incorridos até a data. Não existe margem de lucro, assim a receita de construção é igual ao custo de construção.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente encargos, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos e financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado. Os custos dos empréstimos são reconhecidos no resultado por meio do método de juros efetivos.

Informações sobre quantidade de ações e resultado por ação: O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do exercício (o numerador) pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas, menos as mantidas em tesouraria (denominador).

Demonstrações de valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do

Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando à melhoria contínua de seus processos.

b. Deficiências e recomendações dos controles internos presentes no relatório do auditor independente

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2010, 2011 e 2012, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Enersul. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

A Companhia não fez nenhuma oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados.

Não aplicável.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

Não aplicável.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios.

Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não Aplicável

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não Aplicável

b. Natureza e o propósito da operação

Não Aplicável

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não Aplicável

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O quadro abaixo demonstra os investimentos realizados nos últimos 3 anos pela ENERSUL:

R\$ mil	2.010	2.011	2.012
Programa Luz Para Todos / Universalização	54.525	41.926	36.827
Telecomunicação / informática / infra-estrutura	15.740	34.831	83.286
Redução das perdas de energia	4.733	9.864	13.410
Expansão, manutenção e melhorias do sistema	98.751	82.440	83.987
Total	173.749	169.061	217.510

Os programas atualmente em andamento estão relacionados a seguir:

PROGRAMA LUZ PARA TODOS e PROGRAMA NACIONAL DE UNIVERSALIZAÇÃO: em 2010, 2011 e 2012, a companhia investiu R\$173,7 milhões, R\$169,1 milhões e R\$217,5 milhões, respectivamente, no LPT e UNIVERSALIZAÇÃO, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e Fonte Própria.

TELECOMUNICAÇÕES / INFORMÁTICA / INFRAESTRUTURA: Para atendimento às necessidades de apoio ao negócio da ENERSUL, foram investidos em 2010, 2011 e 2012, respectivamente, R\$15,7 milhões, R\$34,8 milhões e R\$83,3 milhões, em projetos de telecomunicação, informática e infraestrutura. Destacam-se como principais projetos, no último exercício, a continuação do projeto de Sistema de Despacho Móvel, a substituição do sistema de rádio digital, que se encontra em desacordo com o novo plano de frequência ANATEL e os investimentos em informática, realizados para atender as necessidades da Empresa para gestão administrativa, comercial e técnica, assim como a atualização do parque de microinformática.

PROGRAMA DE REDUÇÃO DE PERDAS: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e não técnicas. Nesse Programa, foram investidos R\$4,7 milhões, R\$9,9 milhões e R\$13,4 milhões, nos anos de 2010, 2011 e 2012, respectivamente.

Para atendimento ao mercado, em 2012, foram investidos R\$57,7 milhões na expansão de linhas, subestações, redes de distribuição e sistemas de medição de energia elétrica visando o atendimento a novas demandas dentro dos critérios de conformidade adequada no fornecimento de energia elétrica, bem como para manter e melhorar as instalações de forma a garantir pela condição de funcionamento de todo o sistema. Destacam-se em 2012 a conclusão da obra de Interligação em 138 kV entre a SE Chapadão do Sul (Enersul) e a SE Chapadão 230/138kV (rede básica), visando melhoria operacional e redução de perdas, e a construção de uma nova subestação 138/34,5 kV no distrito de Alto Caracol.

É requisito básico que a ENERSUL atenda os consumidores com a qualidade e continuidade estabelecida pela ANEEL, assim como invista no combate às perdas não técnicas, segurança e integridade ao meio-ambiente. Para atingir estes objetivos foram investidos R\$26,3 milhões, em 2012, em projetos de melhoramentos de linhas,

subestações, redes e modernização das instalações.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os recursos para Programa Luz Para Todos são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria. Os demais programas têm como fonte de financiamentos os bancos privados, BNDES e fonte própria.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes nos últimos três exercícios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há qualquer aquisição em vista que influenciará materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

PESQUISA & DESENVOLVIMENTO: a Companhia investiu R\$9,6 milhões, R\$11,8 milhões e R\$13,4 milhões em 2010, 2011 e 2012, respectivamente, em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não há projetos relevantes em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não existem novos produtos ou serviços em desenvolvimento.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Embora o evento comentado a seguir não tenha afetado o curso regular dos negócios da Companhia, vale destacar que, em agosto de 2012, a ANEEL determinou, cautelarmente, a Intervenção Administrativa na ENERSUL. A Intervenção tem como objetivo a defesa do interesse público, a preservação do serviço adequado aos consumidores e a gestão dos negócios da Companhia, assegurando o cumprimento das obrigações legais e contratuais vinculadas ao Contrato de Concessão, sem afetar o curso regular dos negócios da ENERSUL.

Na ocasião da Intervenção, os Diretores e membros do Conselho foram imediatamente afastados de suas ocupações e o Sr. Jerson Kelman foi designado como Interventor. Ao Sr. Kelman foram conferidos plenos poderes de gestão e administração sobre as operações e ativos da Concessionária, competindo a ele, dentre outras atribuições (i) praticar ou ordenar atos necessários à consecução dos objetivos da Intervenção; (ii) identificar e relatar à ANEEL, quaisquer irregularidades, eventualmente praticadas pelos administradores da Concessionária, decorrentes de atos ou omissões; e (iii) convocar, com exclusividade, a assembleia geral nos casos em que julgar conveniente.

III - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme informações do item 13 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)
(Valores expressos em milhares de reais)

13. Remuneração dos administradores

13.1. Não Aplicável.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2010 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9,00	7,00	-	16,00
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.546.580,00	-	1.816.580,00
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.446.580,00	-	1.716.580,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	-	-	
c.ii. Remuneração variável	-	2.350.960,00	-	2.350.960,00
Bônus	-	618.000,00	-	618.000,00
Participação nos resultados	-	1.732.960,00	-	1.732.960,00
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-		-	
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	

c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	3.897.540,00	-	4.167.540,00

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2011 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	5,00	5,00	-	10,00
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.937.288,44	-	2.207.288,44
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.820.000,00	-	2.090.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	117.288,44	-	117;288,44
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	-	-	
c.ii. Remuneração variável	-	805.000,00	-	805.000,00
Bônus	-	805.000,00	-	805.000,00
Participação nos resultados	-	0,00	-	0,00
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-		-	
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	2.742.288,44	-	3.012.288,44

(*) A remuneração prevista para o exercício de 2010, não foi integralmente realizada pois os administradores Carmem Campos Pereira, Jorge Queiroz de Moraes Junior, Cyro Vicente Boccuzzi, José Carlos Santos e Sidney Simonaggio não receberam remuneração da Companhia.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária e Celetista	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	4,75	4,58	3,00	12,33
c.i. Remuneração fixa anual	194.400,00	2.691.936,19	43.200,00	2.929.536,19
Salário ou Pró-labore	162.000,00	1.949.872,81	36.000,00	2.147.872,81
Benefícios diretos e indiretos	-	259.498,14	-	259.498,14
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	32.400,00	482.565,24	7.200,00	522.165,24
c.ii. Remuneração variável	-	1.316.036,72	-	1.316.036,72

Bônus	-	1.035.172,41	-	1.035.172,41
Participação nos resultados	-	50.250,55	-	50.250,55
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-	230.613,76	-	230.613,76
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	194.400,00	4.007.972,91	43.200,00	4.245.572,91

(*) No item c.ii: Remuneração variável, campo “Outros”, foram acrescentados valores referente as despesas com passagens áreas.

Remuneração prevista para o Exercício de 2013 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária e Celetista	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	-	4,00	3,00	7,00
c.i. Remuneração fixa anual	-	2.838.023,29	172.800,00	3.010.823,29
Salário ou Pró-labore	-	1.955.456,93	144.000,00	2.099.456,93
Benefícios diretos e indiretos	-	242.687,30	-	242.687,30
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	639.879,06	28.800,00	668.679,06
c.ii. Remuneração variável	-	405.102,57	-	405.102,57
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	43.905,99	-	43.905,99
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-	361.196,58	-	361.196,58
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	-	3.243.125,86	172.800,00	3.415.925,86

(*) No item c.ii: Remuneração variável, campo “Outros”, foram acrescentados valores referente as despesas com passagens áreas.

13.3 a 13.6 – Não aplicáveis.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Resposta: Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

13.8 a 13.12 – Não aplicáveis.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Exercício de 2010 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	6,32%	93,68%	-

Exercício de 2011 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	8,96%	91,04%	-

Exercício de 2012 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária e Celetista	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	66,67%	28,92%	100,00%

13.14 e 13.15 – Não aplicáveis.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Valores correspondentes aos membros do conselho de administração e diretoria estatutária, do período de janeiro a agosto/2012, anterior a intervenção.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	4,75	5,00	-	9,75
c.i. Remuneração fixa anual	194.400,00	1.899.934,97	-	2.094.334,97
Salário ou Pró-labore	162.000,00	1.406.122,80	-	1.568.122,80
Benefícios diretos e indiretos	-	184.554,41	-	184.554,41
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	32.400,00	309.257,76	-	341.657,76
c.ii. Remuneração variável	-	1.192.457,44	-	1.192.457,44
Bônus	-	1.035.172,41	-	1.035.172,41
Participação nos resultados	-	50.250,55	-	50.250,55
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	107.034,48	-	107.034,48
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	194.400,00	3.092.392,41	-	3.286.792,41

Valores correspondentes aos membros do conselho fiscal, diretoria estatutária e

diretoria celetista após intervenção, percebida no período de setembro a dezembro/2012.

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2012 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária e Celetista	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	-	3,75	3,00	6,75
c.i. Remuneração fixa anual	-	792.001,22	43.200,00	835.201,22
Salário ou Pró-labore	-	543.750,01	36.000,00	579.750,01
Benefícios diretos e indiretos	-	74.943,73	36.00000	74.943,73
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	-
Outros	-	173.307,48	7.200,00	180.507,48
c.ii. Remuneração variável	-	123.579,28	-	123.579,28
Bônus	-	-	-	-
Participação nos resultados	-	-	-	-
Remuneração por participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	123.579,28	-	123.579,28
c.iii. Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
c.v. Remuneração baseada em ações	-	-	-	-
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-	-	-	-
e. Total da remuneração dos Órgãos	-	915.580,50	43.200,00	958.780,50

IV - INTERVENÇÃO DA ENERSUL

Em 31 de agosto de 2012, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.649, decretou, cautelarmente, a intervenção administrativa na ENERSUL, pelo prazo de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado a critério da ANEEL, a fim de garantir a defesa do interesse público, a preservação do serviço adequado aos consumidores e a gestão dos negócios da Concessionária.

Em decorrência da Intervenção, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva foram imediatamente afastados do exercício dos seus mandatos, sendo conferidos ao Interventor **Jerson Kelman**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 2110741-IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 155.082.937-87, plenos poderes de gestão e administração sobre as operações e os ativos da ENERSUL, decidindo, inclusive, sobre a nomeação de dirigentes.

Ainda, em decorrência da Intervenção, a ANEEL autorizou, por meio do Despacho nº 3.073, de 2 de outubro de 2012, a constituição do Conselho Fiscal da ENERSUL, a qual discriminamos a seguir:

Conselho Fiscal

José Said de Brito, CPF 212.278.107-68, brasileiro, casado, nascido em 09/05/1948, bacharel em ciências contábeis, com endereço comercial na Avenida Gury Marques nº 8000, em Campo Grande/MS.

Cezar Antônio Bordin, CPF 097.284.659-04, brasileiro, casado, nascido em 13/06/1951, bacharel em ciências contábeis, com endereço comercial na Avenida Gury Marques nº 8000, em Campo Grande/MS.

Wilson Daniel Christofari, CPF 028.789.768-00, brasileiro, casado, nascido em 20/09/1942, engenheiro eletricitista, com endereço comercial na Avenida Gury Marques nº 8000, em Campo Grande/MS.

Interventor e Diretoria

Jerson Kelman, CPF 155.082.937-87, nascido em 17 de janeiro de 1948. O Sr. Jerson Kelman é engenheiro hidráulico e foi designado para o exercício da função de **Interventor** na ENERSUL, conforme Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649 de 31 de agosto de 2012.

Mário Guilherme Romano, CPF 055.524.437-72, nascido em 19 de setembro de 1948, o Sr. Mário é engenheiro eletricitista e foi nomeado pelo Interventor, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º do Art. 3º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649/2012, cumprida a determinação contida no § 4º do Art. 2º da mencionada Resolução, conforme Despacho ANEEL nº 2.879/2012.

Paulo Roberto Zibetti Jorge, CPF 012.780.530-34, nascido em 28 de fevereiro de 1947, o Sr. Paulo é administrador de empresas e foi nomeado pelo Interventor, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º do Art. 3º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3649/2012, cumprida a determinação contida no § 4º do Art. 2º da mencionada Resolução, conforme Despacho ANEEL nº 2879/2012.

Márcio Pina Marques, CPF 847.214.561-15, nascido em 01 de junho de 1978, O Sr. Márcio é advogado foi nomeado pelo Interventor, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo § 1º do Art. 3º da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.649/2012, cumprida a determinação contida no § 4º do Art. 2º da mencionada Resolução, conforme Despacho ANEEL nº 2.879/2012.